

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores, Acionistas e Conselheiros da
Atma Participações S.A. (Em recuperação judicial)
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da Atma Participações S.A.- Em recuperação Judicial (“**Atma**” ou a “**Companhia**”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado individual e consolidado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado e dos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Ajustes de exercícios anteriores

Conforme descrito na nota explicativa nº. 23, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou em seu resultado, ajustes provenientes de diversos ativos e passivos não reconciliados em anos anteriores nos montantes de R\$553 mil na controladora e de R\$108.919 mil no consolidado e a Administração não procedeu com devida reapresentação e divulgações dos saldos comparativos, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. Adicionalmente, a Administração não nos forneceu informações suficientes para determinação dos efeitos deste ajustes das demonstrações financeiras apresentadas para fins de comparação. Como consequência, o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está superavaliado em R\$553 mil na controladora e em R\$108.919 mil no consolidado, ficamos impossibilitados de concluir sobre os efeitos destes ajustes nas demonstrações financeiras apresentadas para fins de comparação e referidos ajustes não foram devidamente apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Recuperabilidade de ágio

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia matém registrado em seu balanço o montante de R\$394.978 mil na controladora, e o montante de R\$588.294 mil no consolidado, referente aos ágios gerados sobre a perspectiva de rentabilidade futura de diversas aquisições efetuadas em anos anteriores. Pelo fato da Administração não ter nos apresentado a documentação suporte sobre a recuperabilidade dos referidos ágios, ficamos impossibilitados de concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os saldos registrados na rubrica de ágio em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado nas notas explicativas nº. 1.1 e nº. 29 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 07 de junho de 2022, a ATMA e suas subsidiárias, ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial (“Pedido”) na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1058558-70.2022.8.26.0100, o qual foi deferido em 15 de junho de 2022.

Em 22 de agosto de 2022 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) em consolidação substancial das recuperandas, o qual foi aprovado em 3 de março de 2023 pelos credores na Assembléia Geral de Credores e aguarda a homologação judicial. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta passivo circulante superior ao total do ativo circulante em R\$114.116 mil na controladora e R\$870.319 mil no consolidado, prejuízos acumulados de R\$1.509.151 mil na controladora e no consolidado, e incorreu em prejuízo de R\$455.241 mil na controladora e no consolidado no exercício de 2022. Conforme exposto nas Notas Explicativas nº. 12, 13, 14 16 e 17, a Companhia apresenta saldos elevados nas rubricas de fornecedores, encargos sociais, impostos, parcelamentos previdenciários e sociais, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos que estão em atraso. Dadas as circunstâncias descritas acima e o estágio atual do processo de PRJ, existem incertezas significativas com relação à continuidade operacional da Companhia, que depende da homologação judicial do PRJ e de sua realização. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” e do assunto relacionado ao valor recuperável dos ágios, descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Motivo porque é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº. 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita a potenciais riscos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas. Devido ao fato de que a avaliação quanto à necessidade ou não de registro de provisão inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos sobre a probabilidade de perda financeira, assim como, pelo fato de que a divulgação de eventual perda possível está associada a possibilidade de mensuração confiável, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria.

As ações mencionadas como eventos operacionais relevantes estão apresentadas na nota explicativa nº. 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como a auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Discussão com a Administração e o departamento jurídico da Companhia a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar as provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas;
- Obtenção de confirmações formais dos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas;

- Reconciliação das cartas dos consultores jurídicos externos com a posição da conciliação das informações recebidas dos departamento jurídico utilizada como base para constituição das provisões financeiras e divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.
- Envolvimento de especialistas em avaliação ao plano de pagamentos de parcelamentos tributários.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Instrumentos financeiros – Debêntures

Motivo porque é um PAA

A avaliação dos instrumentos financeiros foi considerada uma área de foco em nossa auditoria em função da complexidade envolvida no processo de conversão e precificação das debêntures, cujo cálculo do valor justo está baseado substancialmente na utilização de julgamentos e estimativas preparadas pela Administração da Companhia e suas controladas vide nota explicativa nº. 16 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Como a auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação dos procedimentos realizados, para a mensuração do valor justo das debêntures e seus respectivos derivativos embutidos.
- Avaliação de evidências do processo e das premissas utilizadas para a apuração do cálculo;
- Testes de valorização das debêntures;
- Adicionalmente efetuamos a revisão dos calculos da Administração da Companhia e de suas controladas no que tange a avaliação das premissas e procedimentos adotados requeridos pelo pronunciamento técnico CPC 48 – instrumentos financeiros (IFRS 9)

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar as debêntures, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico "CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 07 de abril de 2022, com ênfase em virtude da incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Mazars Auditores Independentes
Av. Trindade, 254 - Salas 1314 e 1315 - Office Bethaville - Bethaville
CEP 06404-326
Barueri (SP) | Brasil
Tel.: (11) 3090-7085
www.mazars.com.br

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de Março de 2023.

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

DocuSigned by:

Paulo Alexandre Misse

40C14CC5F6A747C...

Paulo Alexandre Misse
Contador CRC 1SP268349/O-5

DocuSigned by:

Daniel Augusto Reis

27327C5BC071458...

Daniel Augusto Reis
Contador CRC 1SP254522/O-0